

Política de financiamento

A Sociedade Rural Brasileira, enviou no mês findo, ao Sr. Ministro da Fazenda, o seguinte Memorandum:

Em uma de suas últimas reuniões semanais, debata a Sociedade Rural Brasileira o momento do problema da administração do crédito agrícola e especialmente em relação ao financiamento para custeio das lavouras cafeeiras. Concluiu-se, então, que o critério regimental para aplicação do tipo de empréstimo ao cafeicultor, por parte do Banco do Brasil S.A., é excessivamente limitativo, deliberando-se por unanimidade que a Diretoria da mais tradicional associação rural do País se dirigisse ao Sr. Ministro da Fazenda para postular a modificação do sistema com o objetivo de torná-lo suficiente.

O financiamento de entre-safra cafeeira pode ser caracterizado por dois elementos essenciais, o mínimo risco da operação e seu máximo conteúdo social.

CREDITO REAL

Trata-se efetivamente de crédito real, sob a garantia do penhor da safra de um produto destinado à exportação e que conta com mercados consumidores internacionais preferenciais, como o dos Estados Unidos, caracterizados por tendência crescente de consumo e larga capacidade aquisitiva. É, pois, um produto de alto padrão de valor, cujos preços têm se mantido em níveis remuneradores e dentro de relativa estabilidade. Sem qualquer previsão de quebra catastrófica de suas cotações, minimiza o café, e mesmo elimina, de como resto atesta a já longa experiência de prestamista da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, os riscos da operação de seu financiamento.

CREDITO PARA A PRODUÇÃO

O financiamento de entre-safra é tipicamente crédito para a produção, não sendo absorvido, como acontece em relação ao crédito para consumo, em despesas improdutivas. Como todo crédito agrícola tem objetivo de caráter social, pois amparo e desenvolvimento da produção rural são deveres preceps de qualquer Governo bem organizado. "A agricultura poderá ser enxada da natureza; mas certamente é a afilhada favorita do Governo" — afirma o grande economista americano Paul A. Samuelson, referindo-se ao comporta-

mento de assistência financeira e técnica do Governo de seu País em relação à atividade rural. A defesa do cafeicultor, num País como o Brasil, em que é o café indiscutivelmente o produto condutor de sua economia, assume, então, os mais acentuados e totais imperativos de amparo social.

CREDITO INSUFICIENTE

Embora a preço razoável, e sem excessiva burocracia, a política de crédito executada pelo Banco do Brasil S.A. à lavoura cafeeira tem sido insuficiente. E nada explica essa atitude restritiva do principal órgão bancário do País em relação a um produto que oferece as maiores garantias para empréstimo e para cuja assistência, por razões de interesse público, deve haver a maior mobilização possível de crédito.

O montante do crédito, como é sabido, corresponde a 60% do valor da safra, considerados os preços anuais médios na respectiva região, subscrito ainda esse total a inapreciável limitação de uma produção máxima de 40 arrobas por mil pés. Esse esdrúxulo critério minimiza os resultados econômicos do financiamento. Financiar em níveis insatisfatórios é estimular a rotina, porque elimina a possibilidade de qualquer melhoria nas técnicas de produção.

CAMPANHA DE PRODUTIVIDADE

O declínio dos preços do café, acentuado a partir da safra passada, compele o produtor à melhoria dos processos técnico-agronômicos para permitir maior produção ao mesmo custo. Na produção cafeeira, em face da elevação de seu custo por efeito da pressão inflacionária dominante no País, uma produção de 40 arrobas por mil pés passa a ser deficitária. Em São Paulo, que é a maior área nacional de plantio, a produção do café à base de 50 arrobas por mil pés é marginal, isto é, o preço de mercado por saca não chega a cobrir os investimentos de seu custo, conforme demonstram a pesquisa de custos feita em fevereiro do corrente ano pela Secretaria da Agricultura.

Por que, conseqüentemente, a flutuação em 40 arrobas o máximo de produção para efeito do financiamento, nível esse que já aponta um índice de produtividade muito baixo e indesejável? Com isso, não se dissocia o nosso principal órgão financiador da lavoura da necessidade, cada vez mais imperiosa, da execução

EM CAMPINAS

O sr. Secretário da Agricultura lança novas bases para a agronomia bandeirante

Cumprindo o programa que traçou, na ocasião da sua investidura, na pasta da produção, o Secretário da Agricultura, dr. José Bonifácio Nogueira, lançou recentemente, em Campinas, as diretrizes que abrirão novos horizontes para a agronomia e agricultura do nosso país.

Dentro de seus princípios, quais sejam descentralização e dinamização, o ilustre homem público se manifestou da seguinte forma: "Objetivando instalar em Campinas, o maior centro agrônomo da América Latina, iremos dar início, nos primeiros dias de 1960, à construção de um conjunto de edificações destinadas a abrigar diversas dependências dos mais

importantes Departamentos da pasta que tenho a honra de dirigir, do Governo Carvalho Pinto. Tendo como núcleo, a nova Divisão de Assistência Técnica Especializada, do Departamento da Produção Vegetal, iremos edificar, com os recursos do Plano de Ação, um bloco arquitetônico, nos altos da Avenida Brasil, em terrenos da Estação Experimental Central "Theodoreto de Camargo" (Fazenda Santa Elza), do Instituto Agrônomico.

Além daquela Divisão, que sediará 17 seções do Departamento da Produção Vegetal, prevê o projeto, também, a construção de um prédio para a Divisão de Sementes e Ma-

das e outro, para a Divisão de Fomento Agrícola.

O Centro de Treinamento — antiga aspiração de toda a Secretaria da Agricultura — será uma realidade, ainda na atual administração. Destina-se a receber para cursos e estágios, os nossos agrônomos regionais, que daí por diante não mais serão enviados ou mantidos no interior, sem uma cuidadosa preparação profissional. Campinas, já tem dado ao Brasil, a primazia, na pesquisa e experimentação agrônômicas. Será, também, o Centro de irradiação da Assistência Técnica Especializada para todo o Estado de São Paulo".

DEMOCRATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO LAVADOR

"De Campinas sairão, também em futuro próximo, as equipes que darão cumpri-

mento ao meu programa de democratização da assistência técnica ao homem do campo", prosseguiu o Secretário da Agricultura. "Ninguém desconhece que na atual organização, os serviços da minha pasta são desfrutados, em maior ou menor escala, por uma pequena elite privilegiada, que mantém contato com os nossos agrônomos regionais e os nossos centros de pesquisas. É meu programa procurar inverter o sentido desta corrente de serviços. Mediante a dinamização da Seção de Assistência à Família Rural, irão as nossas equipes e técnicos e educadores, procurar o lavador, a sua esposa, filhos e filhas, no próprio sítio ou na colônia da Fazenda, arremetendo-os em torno de clubes agrícolas e ensinando-os a praticarem uma melhor agricultura e conseguirem, com os seus próprios meios, um padrão de vida mais satisfatório.